

Contas Nacionais
número 101

Sistema de Contas Regionais

Brasil

2023

Notas técnicas

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente

Marcio Pochmann

Diretora-Executiva

Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Gustavo Junger da Silva

Diretoria de Geociências

Maria do Carmo Dias Bueno

Diretoria de Tecnologia da Informação

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Jorge Abrahão de Castro

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 101

Sistema de Contas Regionais

Brasil

2023

Notas técnicas



Rio de Janeiro
2025

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 Contas Nacionais

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais, contemplando as Tabelas de Recursos e Usos, as Contas Econômicas Integradas, as Contas Regionais do Brasil, o Produto Interno Bruto dos Municípios, a Matriz de Insumo Produto, entre outras informações relacionadas, bem como os resultados das Contas Econômicas Ambientais, os quais fornecem a contabilidade dos recursos naturais associados à atividade econômica.

ISBN 978-85-240-4680-3

© IBGE. 2025

Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2017, a publicação passou a ser divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo que apresenta comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos sobre os principais resultados do estudo, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, objeto deste documento, traz considerações de natureza metodológica sobre o estudo e é veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal. Excepcionalmente, a partir da edição lançada em 2024, os resultados do estudo estão disponibilizados apenas sob a forma de tabelas, no portal, sem o informativo com comentários analíticos.

Sumário

Apresentação	4
Introdução	6
Referências	8
Glossário	10

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, dá continuidade ao projeto do Sistema de Contas Regionais - SCR, cujas informações são coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com as do Sistema de Contas Nacionais - SCN.

A série do Sistema de Contas Regionais - referência 2010 tem sua metodologia e base de dados completamente integradas com a série do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010. Para tal, foram incorporados, integralmente, os resultados de pesquisas agropecuárias, como o Censo Agropecuário 2006, de pesquisas econômicas anuais nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, e de pesquisas domiciliares, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizadas pelo IBGE. Essa série utiliza dados anuais de instituições externas, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, obtidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e adota uma classificação de atividades compatível com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. A metodologia de elaboração do SCR encontra-se descrita, de forma detalhada, na Série Relatórios Metodológicos¹, cujo volume permanece disponível no portal do IBGE na Internet, acompanhado de notas metodológicas em que são apresentados os detalhes das mudanças realizadas com a implantação da série referência 2010.

Os dados ora divulgados compreendem informações sobre a composição e a evolução do Produto Interno Bruto - PIB de cada Unidade da Federação, calculadas a partir de estatísticas anuais sobre o valor da produção, o consumo intermediário e o valor adicionado bruto de cada atividade econômica. Essas informações permitem, ainda, estimar o valor adicionado bruto anual, por atividade, expresso em valores correntes e constantes, e o PIB, avaliado a preço de mercado, de cada Unidade da Federação.

No portal do IBGE na Internet, encontram-se disponíveis, por Unidades da Federação, informações do PIB pela ótica da renda, série 2010 a 2021, e pela ótica da produção, série 2010 a 2023.

O IBGE agradece a todos que participaram da elaboração deste estudo, em especial aos membros do Grupo de Trabalho instituído com as atribuições de cooperar sobre procedimentos metodológicos; propor procedimentos nos trabalhos de cálculo, segundo a metodologia do SCR do IBGE; e atestar que os resultados elaborados pelas Unidades da Federação estão compatíveis com a metodologia proposta para a sua construção.

Gustavo Junger da Silva
Diretor de Pesquisas

¹ Para informações mais detalhadas sobre a publicação, consultar o endereço:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98459.pdf>.

Introdução

O Sistema de Contas Regionais - SCR do Brasil é um trabalho desenvolvido pelo IBGE em conjunto com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. A metodologia adotada é uniformizada, por Unidades da Federação; portanto, é comparável, no tempo e no espaço, e integrada à metodologia adotada pelo IBGE no Sistema de Contas Nacionais - SCN.

Em virtude das particularidades das Unidades da Federação, decidiu-se que, em sua primeira etapa, a estimação de um Sistema de Contas Regionais deveria restringir-se à elaboração, apenas, da conta de produção das principais atividades econômicas, em consonância com a metodologia nacional, apresentando as informações referentes ao processo de geração da renda regional, cujo valor síntese foi expresso pelo Produto Interno Bruto - PIB. Na última revisão do Sistema de Contas Nacionais, para o ano de referência 2010, também foi incluída mais uma ótica no Sistema: o PIB pela ótica da renda.

A atualização de uma série do Sistema de Contas, usualmente referida como mudança de ano-base, é, normalmente, compreendida como a modificação dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do PIB e de seus componentes. Quando se realiza a chamada “mudança de ano-base” incorpora-se, também, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados, mudanças metodológicas e resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para os próximos anos.

A escolha do ano de referência deve recair sobre aquele para o qual se disponham de dados suficientes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, das contas do sistema. Em 2007 e 2015, foram publicadas as últimas mudanças de ano-base. Até 2006, o SCR tinha 1985 como ano de referência, quando foram realizados os últimos Censos Econômicos, e, em 2007, passou a ter 2002 como nova referência. Em 2015, o SCR, mais uma vez, realizou a mudança de seu ano de referência, passando a adotar o de 2010. Essa última reformulação incorporou as recomendações internacionais expressas no manual *System of national accounts 2008*, o SNA 2008 (United Nations, 2009).

Neste momento, o IBGE, mais uma vez, está envolvido na revisão das séries de todo o Sistema de Contas², que passará a adotar 2021 como novo ano-base. Durante esse processo, o Sistema de Contas do Brasil não interrompe as estimativas de seu Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT nem de seu SCR. Cabe ressaltar que, no caso do SCR, a continuidade de sua estimação, mesmo durante a revisão do ano-base, justifica-se por ser o PIB *per capita* das Unidades da Federação um dos fatores

² Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar a Nota técnica 01/2024, que dispõe sobre a implantação da série do Sistema de Contas Nacionais - ano-base 2021, no endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102085.pdf>.

para o cálculo das quotas, por parte do Tribunal de Contas da União - TCU, do Fundo de Participação dos Municípios das Capitais.

É importante salientar que o SCR, no modelo atual, é totalmente integrado aos resultados do SCN. Por precaução, no entanto, alerta-se que alguns procedimentos (nível de agregação) foram adotados para as estimativas de 2022 e 2023 na série atual, ano de referência 2010, e, portanto, os dados devem ser utilizados com ressalva para análises da série 2002-2023. Em 2027, quando da divulgação da nova série com ano-base 2021, os resultados do SCR serão reapresentados, de forma definitiva, integrados, também, à nova série do SCN.

No tópico a seguir, são explicitados os procedimentos adotados desde a estimativa de 2022, e replicados para o ano de 2023, tendo 2010 como referência, por Unidades da Federação, sem os parâmetros do SCN, os quais foram substituídos, nesta edição, pelos do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT.

Contas Regionais do Brasil: principais procedimentos para a estimativa de 2023

Como mencionado, a estimativa do PIB das Unidades da Federação para os anos de 2022 e 2023 não adotou como parâmetros os resultados definitivos do SCN, tendo sido utilizados como referência os valores do SCNT. Cabe esclarecer, mais uma vez, aos usuários do SCR, que o SCNT se encontra igualmente integrado ao SCN e que seus resultados para o ano de 2023 são considerados definitivos, porém com nível de detalhamento mais restrito.

O nível de detalhamento apresentado nesta publicação corresponde a 12 atividades econômicas e não a 18, como na série 2010-2021. O motivo para essa agregação está vinculado à disponibilidade de informações do SCNT, que, por fornecer um resultado conjuntural, não dispõe, para divulgação, de informações estruturais, as quais só se tornam disponíveis em momento posterior ao encerramento do ano analisado. Os resultados das pesquisas estruturais anuais do IBGE que são utilizados nos trabalhos das Contas Nacionais e Regionais do Brasil só estão totalmente disponíveis, em média, 18 meses após o encerramento do ano. Assim, a redução do nível de detalhamento dado pelo SCNT resulta na restrição da comparabilidade da série disponível, 2002-2023. Além disso, o processo de ajustamento aos resultados nacionais, em 2023, foi realizado em nível menor de abertura do que o efetuado até 2021, tendo em vista que o SCN possui maior grau de detalhamento do que o SCNT.

Ainda sobre os procedimentos para a estimativa a partir de 2022 pelo SCR, cabe destacar as atividades que são estimadas de forma descendente, isto é, os resultados da conta nacional são distribuídos entre as Unidades da Federação e não encontram detalhamentos nas contas nacionais trimestrais. Assim, utilizaram-se os pesos do ano de 2021 do SCN, o último disponível, para que fossem estimados os valores, em 2023, correspondentes a essas atividades a partir do SCNT.

Quadro 1 - Nível de agregação das atividades econômicas na série 2020-2021 em comparação ao resultado de 2023

Nível de agregação 2010-2021	Nível de agregação 2022-2023
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	Agropecuária
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	
Produção florestal, pesca e aquicultura	
Indústrias extrativas	Indústrias extrativas
Indústrias de transformação	Indústrias de transformação
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
Construção	Construção
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
Transporte, armazenagem e correio	Transporte, armazenagem e correio
Informação e comunicação	Informação e comunicação
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
Atividades imobiliárias	Atividades imobiliárias
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
Alojamento e alimentação	Outros serviços
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	
Educação e saúde privadas	
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	
Serviços domésticos	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Referências

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *Petroleum & other liquids: prices*. Washington, DC: EIA, 2023. Disponível em: <http://www.eia.gov/petroleum/data.cfm>. Acesso em: set. 2025.

GRUPO DE EXPERTOS ASESORES DEL PROCESO DE ACTUALIZACION DEL SCN 1993. *Actualización del Sistema de Cuentas Nacionales 1993 (SCN 1993)*: conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusión de los participantes. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal; Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado no Seminário Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/AEG/recommendations/flprsp.pdf>. Acesso em: set. 2025.

IBGE. *Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE*. Versão 2.0. Rio de Janeiro, 2007. 425 p. Aprovada pela Comissão Nacional de Classificação - Concla. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>. Acesso em: set. 2025.

IBGE. *Contas Regionais do Brasil*. Rio de Janeiro, 2008. 64 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=241215>. Acesso em: set. 2025.

IBGE. *Contas Regionais do Brasil: ano de referência 2010*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2016a. 68 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298459>. Acesso em: set. 2025.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais: Brasil: ano de referência 2010*. 3. ed. Rio de Janeiro, 2016b. 236 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=18363&t=notas-tecnicas>. Acesso em: set. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Balance of payments and international investment position manual*. 6th ed. Washington, DC: IMF, 2009. 351 p. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>. Acesso em: set. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Government finance statistics manual 2014*. Washington, DC: IMF, 2014. 446 p. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/sta/gfsm>. Acesso em: set. 2025.

SÉRUZIER, M. *Construire les comptes de la nation: selon le SCN 1993*. Paris: Economica, c1996. 753 p. (Économie et statistiques avancées).

UNITED NATIONS. Statistical Commission. *System of National Accounts 1993*. New York, 1993. 814 p. Preparado sob os auspícios de United Nations, Commission of the European Communities - Eurostat, International Monetary Fund - IMF, Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD e World Bank. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>. Acesso em: set. 2025.

UNITED NATIONS. Statistical Commission. *System of National Accounts 2008*. New York, 2009. 662 p. Preparado sob os auspícios de United Nations, European Commission, International Monetary Fund - IMF, Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD e World Bank. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>. Acesso em: set. 2025.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities - ISIC*. Rev. 4. New York: UNSD, 2008. 291 p. (Statistical papers. Series M, n. 4/rev. 4). Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/classifications/Econ/isic>. Acesso em: set. 2025.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *National accounts: a practical introduction*. New York, c2004, 139 p. (Studies in methods. Series F, n. 85). Acima do título: Handbook of national accounting. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/seriesF_85.pdf. Acesso em: set. 2025.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *UNdata*. New York: UNSD, 2023. Disponível em: <http://data.un.org/Explorer.aspx?d=SNA>. Acesso em: set. 2025.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (do Inglês *Free on Board*, que exclui as despesas com fretes e seguros), e, na abertura por produto, a preços CIF (do Inglês *Cost, Insurance and Freight*, que inclui despesas com fretes e seguros).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit, e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado por meio da emissão de passivos financeiros.

capacidade ou necessidade de financiamento nas estatísticas fiscais Resultado operacional líquido menos a aquisição líquida de ativos não financeiros (ou resultado operacional bruto menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, excluído, também, o consumo de capital fixo). Também é igual à aquisição líquida de ativos financeiros menos o incorrimento líquido de passivos. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo põe recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzido das despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo final efetivo do governo Despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo.

consumo intermediário Bens e serviços consumidos como insumos de um processo de produção, excluindo os ativos fixos; os bens e serviços podem ser transformados ou utilizados no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de

Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

deflator do PIB Variação média dos preços da economia no período em relação à média dos preços no período anterior. Para os produtos produzidos em cada atividade econômica, são utilizados métodos de extrapolação por índices de volume, ou deflação por índices de preços. O mesmo se aplica ao preço dos produtos no consumo intermediário, e, portanto, o preço do valor adicionado bruto para cada atividade resulta da combinação dos índices utilizados.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

despesas de consumo final do governo Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

Government finance statistics manual Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo, no preço das mercadorias, os custos com seguro e frete.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos, ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos, ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (*Censo Demográfico*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados aos usos finais, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos usos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

regime de caixa Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

regime de competência Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta **1.** Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção recebidos do resto do mundo. **2.** Produto interno bruto menos as remunerações líquidas enviadas ao exterior, menos as rendas de propriedade líquidas enviadas ao exterior.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos) que não pode ser identificada, separadamente, se proveniente do capital ou do trabalho.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos, ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

System of national accounts Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas à elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis para a apuração de indicadores, como o produto interno bruto, indicador de resultado econômico utilizado com maior frequência.

território econômico Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Grupo de trabalho

Rebeca de La Rocque Palis

Alessandra Soares da Poça

Luiz Antonio do Nascimento de Sá

Raquel Callegario Gomes

Adriano do Carmo Santos

Ana Cristina Lima Maia

Anderson Nunes Silva

Breno Augusto de Barros Antunes

Cláudia Baptista Ferreira Pereira

Edna Moraes Tresinari

Eduardo Matsubara

Geizianne Pereira da Cunha

João Paulo Caetano Santos

Martinho Roberto Lazzari

Raimundo Leal Filho

Ricardo Kureski

Roberson Leite Silva Júnior

Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Wilson Grimaldi

Witalo Lima Paiva

Técnicos participantes da Coordenação de Contas Nacionais

Alessandra Soares da Poca

Amanda Mergulhao Santos Barros

Amanda Rodrigues Tavares

Barbara de Oliveira Brasil Correa

Carmen Maria Gadea de Souza

Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte

Claudia Dionisio Estermino

Claudimiro Gomes de Oliveira

Cristiano de Almeida Martins

Daniel Rodrigues Caetano

Douglas Moura Guanabara

Felipe Castor Cordeiro de Sousa

Felipe de Oliveira Sampaio

Flavia Cahete Lopes Carvalho

Gabriela Cavalcanti de Araujo Martins

Gustavo Chalhoub Garcez

Hugo Araujo Saramago

Julio Cesar Siqueira

Katia Namir Machado Barros
Luiz Antonio do Nascimento de Sa
Marcio Resende Ferrari Alves
Mateus Zorzaneli Silva
Michel Vieira Lapip
Patrícia Schmitt Fontenelle
Paulo Henrique Polly Montoya
Raquel Callegario Gomes
Rebeca de La Rocque Palis
Renata Del Vecchio Gessullo
Ricardo de Souza Ribeiro
Ricardo Montes de Moraes
Samuel Cruz dos Santos
Sidneia Reis Cardoso
Tassia Gaze Holguin
Teresa Cristina Bastos

Colaboradores internos

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Mauro Emílio Araujo

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva

Lioara Mandoju

Solange de Oliveira Santos

Padronização do glossário

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração do resumo indicativo

Ana Raquel Gomes da Silva

Colaboradores externos

Órgãos Estaduais de Estatística

Rondônia

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Hilda Coêlho Gomes Denny

Jorge César Ugalde

Luciano Matos Jucá Junior

Sydney Dias da Silva

Teresa Cristina Simoni

Acre

Secretaria de Estado de Planejamento

Arlene de Nazaré Silva Pessoa

Joquebede Oliveira da Silva Furtado

Marky Lowell Rodrigues de Brito

Shirley Brana Vilela Machado

Amazonas

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Alcides Saggioro Neto
Josenete Cavalcante Costa
Natacha Porto de Sousa

Roraima

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

Enoque Rosas
Jádila Andressa Gomes da Silva
Kelly Arruda Gomes
Yuri Cesar de Lima e Silva

Pará

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA

Adelaine Brandão Soares
Anderson Fabrício Pereira de Araújo
Edson Rodrigo Bezerra Sousa
Evandro Borges Martins Bisneto
Lilian Cláudia da Silva Feio
Marcelo Monteiro Lopes
Marlon George da Costa Palheta
Thays Suelen Brito Santos
Regina Rita Valente Coutinho Sanches
Rickson Nixon Barbosa de Oliveira

Amapá

Secretaria de Estado do Planejamento

Aldo Simão Carneiro Fernandes
Armando Ferreira Bruno Neto
Cesar Augusto dos Santos Matos
Diego Belo Rodrigues
Francisco de Assis Souza Costa
Nazaré Santos Cardoso
Newton Wanderley Salomão Junior

Tocantins

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

Geizianne Pereira da Cunha
Gleudson Bezerra da Cruz
Grazielle Azevedo Evangelista
Kézia Araújo Dias
Lucas Glória Lopes
Lucas Silva Rocha
Cláudia Baptista Ferreira Pereira (colaboradora)
Wilson Grimaldi Parente (colaborador)

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC

Anderson Nunes Silva
Carlos Henrique Cândido de Sousa
Dionatan Silva Carvalho

Matheus de Carvalho Oliveira
Rafael Thalysson Costa Silva

Piauí

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo- CEPRO

Amanda Alves Dias
João Vitor Rodrigues de Araújo
Manfredi Mendes de Cerqueira Junior
Marcos Antônio Pinheiro Marques

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Fátima Juvenal de Souza
Margarida Maria Sérgio do Nascimento
Nicolino Trompieri Neto
Witalo Lima Paiva

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA

José Leônidas Galvão Neto
Wagner Rodrigues

Paraíba

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Gerência Executiva de Desenvolvimento Municipal e Regional

Bárbara Lorena de Freitas França
Heitor Pessoa de Brito
Janayna Maria Carvalho Alves
Kenia Karoline Sousa da Cruz
Rosimélia Lima Santos de Araújo
Simone Ana Olímpio

Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM

André Luís da Silva
Bruno Braga Gomes dos Santos
Daniel Oliveira Paiva da Silva
Fernando Mota Maia Neto
Urbano Cabral da Nóbrega Neto

Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

Juliana Carla da Silva Santos
Marcia Nubia Barbosa Lopes
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação

Antonio Marcos Almeida Nascimento
Danilo Macedo de Oliveira
Emilly Thaís Lima Santos

Michele Santos Oliveira Doria
Rafaela Nascimento Santos

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Carol Araujo Vieira
Denis Veloso da Silva
João Paulo Caetano Santos
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva
Simone Borges Medeiros Pereira

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro - FJP, Diretoria de Estatística e Informações

Lívia Cristina Rosa Cruz
Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Adriano do Carmo Santos
Edna Moraes Tresinari

Rio de Janeiro

Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Pedro Amaral Serra
Samara Sthefani Oliveira Marques Martins

São Paulo

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Ilma Edna Pereira Sidney
Odete Ferreira Salsa
Renata Silveira Correa
Vagner de Carvalho Bessa

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Francisco José Gouveia de Castro
Ricardo Kureski
Thiago Magalhaes Borges

Santa Catarina

Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina

Glauca de Almeida Padrão
Paulo Zoldan

Rio Grande do Sul

Secretaria de Estado de Planejamento, Governança e Gestão

César Stallbaum Conceição
Martinho Roberto Lazzari
Vinicius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar

Bruna Mendes Dias
Ana Carolina Nogueira Gonçalves

Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Breno Augusto de Barros Antunes
Eduardo Matsubara

Goiás

Instituto Mauro Borges – IMB/SGG

Paulo Jackson Bezerra Vianna
Rafael dos Reis Costa

Distrito Federal

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF

Adrielli Santos de Santana
Aline de Souza Cardoso
Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira
Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa

Ana Maria Oliveira de Souza
Edimary Porto Dias
Jesse Rodrigues dos Santos
Patry Marques Boscá